ORLANDIL DE LIMA MOREIRA

EDUCAÇÃO POPULAR NA PARAÍBA
Memória e história do SEDUP
Curitiba: CRV, 2021

PREFÁCIO

Para Claudete, Ana, Fatinha
in memoriam

"Nosso direito vem, nosso direito vem,
se não vir nosso direito o Brasil perde também"
Música de José Rufino
líder sindical de Bananeiras

É com grande satisfação que aceito o convite para escrever o prefácio deste livro do prof. Orlandil sobre a memória e a história do SEDUP, Serviço de Educação Popular da Diocese de Guarabira, localizada no Brejo da Paraíba. Trata-se de uma experiência que pode ser vista com um certo distanciamento histórico e sob vários ângulos e perspectivas.

Começamos pelo contexto histórico em que o SEDUP surgiu, como uma entidade da pastoral social da Igreja Católica no Brejo. A educação popular em tempo de ditadura foi fruto de uma mudança radical de estratégia das forças de oposição ao regime militar, que pode ser definida com esta fórmula: da esquerda armada, à esquerda alternativa, do "vanguardismo" para o "basismo". Após o fracasso da luta armada que aconteceu nos meados dos anos setenta, muitos militantes, alguns deles oriundos da própria luta armada, abandonaram a estratégia "leninista" do vanguardismo, e passaram para uma "ida ao povo" seguindo o famoso lema dos populistas russos (*narodniks*). O SEDUP, no seu microcosmo, é um bom exemplo desta mudança que aconteceu simultaneamente em vários lugares do Brasil, sem que houvesse propriamente uma concertação, mas que surgiu a partir das exigências da própria conjuntura política e social da época.

O que é o SEDUP? Uma ONG, inicialmente parte da pastoral da Igreja católica, que posteriormente se emancipou, composto por educadores populares de vária extração social, formação e proveniência dedicados em tempo integral à militância, que se colocavam a serviço (como o nome indica) dos movimentos sociais, que não queriam ser liderança, deixando esse papel aos trabalhadores[1].

Isto só foi possível graças ao apoio, incentivo, proteção da Igreja Católica, que também havia mudado radicalmente de posição, passando de uma das instituições mais decisivas na deflagração do golpe militar, para uma das maiores forças de oposição à ditadura. Se o apoio ao golpe se deu em nome do anticomunismo, a oposição foi uma das

[1] O Centro de direito humanos da Diocese se denominava *Centro de Orientação dos Direitos Humanos* e não de defesa, porque a defesa deveria ser dos próprios trabalhadores os verdadeiros protagonistas do processo de transformação.

consequências das mudanças provocadas pelo Concilio Vaticano II e pelas conferências de Puebla e de Medellín.

Uma das características da igreja brasileira em relação a outros episcopados (por exemplo da Argentina que foi na sua grande maioria conivente com a ditadura) foi a adesão de uma parcela majoritária da CNBB à opção preferencial pelos pobres e à teologia da libertação, o que comportava um progressivo e sempre mais radical afastamento da ditadura militar[2].

Dom Marcelo Carvalheira, antes como Vigário Episcopal e depois como primeiro Bispo da Diocese de Guarabira criada em 1981, foi um típico exemplo deste episcopado. Inspirado na pregação e na ação de Dom Hélder Câmara Arcebispo de Recife e de dom José Maria Pires, Arcebispo da Paraíba, dom Marcelo havia sido preso no Rio Grande do Sul pelos militares por apoiar a ação dos padres dominicanos: episódio que quase lhe custou o episcopado pela hostilidade da ala conservadora da Igreja.[3]

A opção pelos pobres, era o aspecto principal da opção pela nova teologia que estava se espalhando em toda a América Latina: a Teologia da Libertação (TL), que nasceu após o Concilio Vaticano II e que manteve continuidades com a doutrina social da Igreja Católica, mas introduziu também elementos de ruptura. A TL aceitou o desafio de pregar uma religião cristã que não fosse nem apolítica, nem contra a política, mas que elaborasse uma maneira diferente de fazer política, inspirada nos princípios do cristianismo como serviço fraterno ao próximo, mas também como combate às injustiças estruturais da sociedade.

Os elementos de ruptura em relação à tradição são: i) a crítica ao sistema capitalista, considerado como um sistema profundamente injusto, baseado na exploração do homem sobre o homem e que precisava ser radicalmente transformado; ii) a opção por algum tipo de socialismo como alternativa para a construção de uma nova sociedade; iii) a concepção do pecado não somente como culpa individual, mas como "estruturas de pecado" que podem ser superadas somente através de uma transformação política; iv) a identificação do "povo de Deus", os pobres, os oprimidos, os excluídos, os marginalizados, como sujeito principal de uma revolução, entendida não somente como uma mudança nos corações, mas também como uma mudança política; v) nesse sentido, a "opção pelos pobres", expressa pelos documentos oficiais do Concilio Vaticano II e pelas Conferências Episcopais Latino-americanas de Medellín (1968) e Puebla (1979), não poderia se limitar a uma ação de "caridade", mas precisava se engajar numa ação de transformação política e social mais ampla[4].

Esta opção pelos pobres e pela teologia da libertação se associava quase que espontaneamente com o pensamento de Paulo Freire, e do seu livro fundamental *A pedagogia do oprimido*. A educação popular praticada pelo SEDUP não era somente um método de alfabetização, mas uma ferramenta de conscientização dos trabalhadores, dos canavieiros, dos posseiros, das mulheres, das crianças das periferia, das lavadeiras, das empregadas domésticas, dos grupos de jovens, que o SEDUP praticava de forma original e criativa através de cartilhas, panfletos, programa de rádio, procurando colocar em

---

[2] Além dessas motivações, o afastamento da Igreja da ditadura se deve também ao endurecimento do regime político e a suas práticas sempre mais violentas e repressoras, inclusive contra membros da Igreja.

[3] Dom Marcelo contava uma anedota a respeito: quando foi nomeado bispo escolheu como lema do seu episcopado a frase do evangelho em que Jesus afirma que veio para evangelizar os pobres (*evangelizare pauperibus*), mas lhe foi imposto que retirasse "*pauperibus*" e deixasse só *evangelizare*! Ele obedeceu, mas orientou toda a sua ação pastoral para os pobres e oprimidos do sistema social injusto e desigual que reinava no Brasil e na região do Brejo, rompendo assim aquela antiga aliança entre Igreja e Estado ou como a gente chamava entre Igreja e "poder local".

[4] Ficaram famosas as palavras de Dom Helder Câmara: "Quando ajudo os pobres e os necessitados, me chamam de santo, quando procuro as causas de pobreza e da injustiça me chamam de comunista!"

prática o princípio "basista" de tornar os trabalhadores protagonistas de sua própria libertação e história.

Nesse sentido, a experiência do SEDUP se insere no movimento de educação popular libertadora que estava se espalhando por todo o Brasil e a América Latina, com influências também em outras partes do mundo: não existia a internet nem o smartphone, mas todas essas experiências estavam conectadas em rede, local, nacional e internacional[5].

Essa opção movimentava uma transformação social dentro e fora da Igreja. Dentro dela através de uma maior participação dos fiéis, superando (com dificuldade!) o clericalismo, através da disseminação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) que davam mais autonomia e protagonismo aos leigos, sobretudo às mulheres. A este respeito podemos citar a mudança de postura de uma boa parte do clero composto na época por padres estrangeiros: italianos, alemães, holandeses e belgas que apoiavam a renovação da Igreja. Mas pensamos também às irmãs, às freiras que deixaram os colégios e foram viver em pequenas comunidades no campo ou nas periferias das cidades, praticando uma vida austera e vivendo no cotidiano a opção pelos pobres.

Mas houve uma repercussão também fora da Igreja. Hoje, a distância de tantos anos e em um momento de retrocessos políticos e sociais, podemos perceber com mais clareza que foi um momento de ascensão e crescimento dos movimentos sociais poucas vezes visto na história recente do Brasil. As frentes de luta e de resistência que o prof. Orlandil descreve minuciosamente, investiam a maior parte da população: nos engenhos e usinas, os canavieiros, nas terras os posseiros e meeiros, nas cidades as lavadeiras e empregadas domésticas.

Ainda sob a ditadura, o povo tomou conta do espaço público: as manifestações do 1º de maio, Festa do Trabalhador, do 8 de março, Festa das Mulheres, do dia 11 de agosto aniversários da morte de Margarida, o lançamento das campanhas trabalhistas e das greves, as ocupações de terra eram participadas por milhares de trabalhadores e trabalhadoras.

Da mesma forma havia reuniões dos trabalhadores nos sindicatos, nas comunidades eclesiais de base, nos congressos sindicais locais, estaduais e nacionais, que alcançaram o seu ápice na intensa participação popular em 1987-88 durante o processo constituinte: dezenas de caravanas dos trabalhadores, homens e mulheres, lideranças sindicais foram para Brasília nos gabinetes dos constituintes para entregar pessoalmente as próprias reivindicações.

Como retrata Orlandil neste livro, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano (MMT) participou dessas mobilizações e muitas mulheres saíram do âmbito doméstico e entraram nas diretorias e se tornaram secretarias ou presidentes dos sindicatos dos trabalhadores rurais, promovendo assim uma renovação de quadros (substituindo os "pelegos") e um novo papel do sindicato não mais de mediação, mas de reivindicação. O MMT enviou representantes nos encontros locais, nacionais e internacionais em vários países da América Latina e da Europa.

A reação do "poder local"− que reunia a propriedade da terra, que dava acesso ao poder político, pelo voto de cabresto e o clientelismo, e através dele ao controle do Estado, incluindo as polícias − não demorou a acontecer: não faltaram perseguições, ameaças, intimidações às lideranças, tentativas de homicídios, tiroteios, emboscadas nas áreas de conflito e nos engenhos e usinas, atos que contavam com a omissão ou a cumplicidade do sistema de polícia e de justiça. Nas greves dos canavieiros os fazendeiros e usineiros

[5] Nesse período o Estado não era um interlocutor, como será no período posterior, mas um adversário e a cooperação internacional, através da Igreja e das centrais sindicais foi fundamental para o desenvolvimento das atividades pastorais e sociais da Diocese.

mobilizaram a polícia e os bombeiros para dispersar os piquetes de greve. Mas as greves se mantiveram durante semanas, e a pastoral conseguiu distribuir cestas básicas às famílias dos grevistas durante semanas até a assinatura do acordo. Quando os sindicalistas da CONTAG e da FETAG, os militantes da Pastoral, os professores e estudantes da Universidade Federal da Paraíba[6] entravam de carro nas usinas para divulgar a greve encontravam os "capangas" armados de espingarda doze, mas não sabiam o que fazer: era muita gente!

O episódio mais emblemático foi o assassinado da líder sindical Margarida Maria Alves no dia 12 de agosto de 1983 na frente da sua casa com um tiro de espingarda 12, por obra de um policial militar (pistoleiro) a mando dos usineiros de Alagoa Grande e do chamado "Grupo da Várzea"[7]. Margarida foi escolhida como vítima porque desafiava a usina Tanques com ações trabalhistas na Justiça, porque era uma mulher, porque era uma liderança carismática com um grande potencial de crescimento no sindicato, mas também na política.

A leitura que o poder local fazia era que se tratava da volta das Ligas Camponesas, (cuja memória era ainda muito presente), que precisava ser reprimida imediatamente antes de proliferar: a morte de Margarida seria um exemplo para todos. Uma leitura que se revelou equivocada, porque em lugar de regredir o movimento cresceu se ampliou e assumiu uma dimensão nacional[8]. Os usineiros acertaram no alvo impedindo assim que ela tivesse uma brilhante carreira política, mas erraram no prognostico não prevendo a indignação e a reação popular.

Tudo o que tratamos até aqui e que é apresentado de forma clara e detalhada no livro do prof. Orlandil, é um momento do processo de transição da ditadura para a democracia, para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito. A contribuição da educação popular para a transição democrática se deu de várias formas: fortalecendo a consciência política dos trabalhadores, (re)ocupando os espaços públicos, formando uma nova geração de lideranças, favorecendo o protagonismo das mulheres, conseguindo uma melhor distribuição da terra e do poder, permitindo melhorias nas condições de vida e de trabalho. Em síntese, favorecendo a passagem de uma cultura do favor para a cultura dos direitos[9].

E é nesse contexto que nasce e se consolida a linguagem dos direitos humanos, em particular dos direitos trabalhistas e das mulheres: linguagem que irá se fortalecer a partir dos anos noventa até os retrocessos que estamos assistindo no governo Bolsonaro.

O livro do prof. Orlandil é dedicado também a que ele chama de segunda fase do SEDUP, na qual houve o desligamento institucional da Igreja Católica e sua constituição jurídica em associação sem fins lucrativos (1991).

Nesta época o SEDUP, ampliou suas atividades para o território urbano escolhendo como eixo a questão da cidadania e a participação popular nas políticas públicas. O SEDUP passou por mudanças e continuidades, preservou o seu legado pedagógico e político vinculado ao pensamento crítico, sempre buscando contribuir com o processo de transformação social e atento aos desafios colocados pelas mudanças

---

[6] Foi importante a participação de estudantes e professores do campus de Campina Grande e de João Pessoa.

[7] Ver: Luanna Louyse Martins Rodrigues. *Terra que brota Margaridas e encerra vidas*: judicialização da questão agrária e violência no campo paraibano. Tese de doutorado em Geografia, pela UFPB, 2018, p. 442.

[8] O Lula se encontrou com Margarida no começo dos anos 80, e veio várias vezes a Alagoa Grande nos aniversários da morte da líder sindical e no lançamento das greves e das campanhas trabalhistas.

[9] Apesar da maioria dos agentes de pastoral apoiar o Partido dos Trabalhadores, o trabalho de educação política não foi partidário, e o PT nunca teve uma expressão significativa no Brejo. Por outro lado, sem este trabalho realizado em várias partes do Brasil não teria sido possível a chegada de Lula ao segundo turno das eleições presidenciais de 1989.

conjunturais, assim como o contexto de participação dos movimentos sociais populares e suas demandas. Esse comportamento e perspectiva se evidenciam na incorporação de diferentes temáticas em seus projetos institucionais: cidadania, controle social das políticas públicas, orçamento público, crianças e adolescentes, juventude, gênero etc.

Parabenizo o prof. Orlandil pela reconstrução criteriosa dos ideais, das utopias, das atividades, dos sucessos, das dificuldades do SEDUP, feita "por dentro", a partir da própria experiência pessoal, e utilizando a documentação presente nos arquivos da entidade: relatórios de reuniões, planejamentos de ações, cartilhas, cursos de formação, material fotográfico, panfletos, entrevistas, artigos de jornais, que oferecem uma contribuição original e conferem um caráter de ineditismo a esta pesquisa.

O prof. Orlandil optou por não colocar os nomes, mas sabemos que atrás das siglas há pessoas e eu considero um privilégio ter sido uma dessas pessoas que participou do SEDUP nos anos 80 junto com outros agentes de pastoral e educadores populares de várias regiões do Brasil e do exterior (Inglaterra, Itália e França) que atuavam em colaboração com os jovens educadores do brejo paraibano sob a coordenação sempre apaixonada e criativa da irmã Maria Valéria Rezende. Hoje, os que chamávamos de "meninos do SEDUP", na sua maioria, são professores das universidades federais como Orlandil dando continuidade ao legado do SEDUP. Procuramos naquela época ser os intelectuais orgânicos a serviço das causas populares: não sei se conseguimos, mas tentamos. Foi uma experiência de militância integral e de compromisso social que marcou a nossa vida e que lembramos com saudade.

Os salários eram baixos, não havia horário de trabalho nem descanso semanal, os perigos eram constantes, as viagens pelos 24 municípios do Breja extenuantes, as reuniões cansativas, a nossa casa cheia de gente, não havia separação entre público e privado, a militância ocupava quase todo o nosso tempo, mas o sentimento de pertença a um projeto maior de transformação social dava sentido às nossas vidas: como sempre digo à minha esposa Inez e às filhas Jussara e Irene, foram os melhores anos da nossa vida!

João Pessoa, janeiro de 2021

Giuseppe Tosi
Prof. Titular de Filosofia da UFPB